

EXPERTISE FILOSÓFICA COMO EXPERTISE EM INTUIR¹

PHILOSOPHICAL EXPERTISE AS EXPERT INTUITION

Wilson Vinícius dos Santos Rodrigues²

Resumo: Intuições são impressões, pareceres ou experiências intelectuais que surgem para nós quando consideramos algo e esse algo parece verdadeiro ou falso. Proposições como $2 + 2 = 4$; se um objeto é azul, então ele é colorido; torturar pessoas por diversão é moralmente errado; um sujeito não pode obter conhecimento por pura sorte, etc., são proposições que podem ser justificadas via intuições. Algumas dessas proposições são da alçada da filosofia, a saber, a proposição moral e a proposição sobre conhecimento. Os filósofos são experts no que fazem, mas o que é isso que eles fazem? É reconhecido na literatura que os filósofos tradicionalmente utilizam intuições como evidência para corroborar ou refutar uma tese. Com base na literatura da psicologia sobre expertise em intuir coletada por Elijah Chudnoff (2021), defendo que um tipo de expertise filosófica é a expertise em intuir. Pode-se objetar que essa maneira tradicional de fazer filosofia não gera progresso e isso pode ser visto no desacordo profundo que está presente na literatura filosófica. Contra essa objeção, respondo que pode haver progresso filosófico apesar do desacordo. Para tal, baseio-me em uma teoria do progresso que se conecta com a noção de entendimento desenvolvida por Finnur Dellsén (2021, 2022, 2023).

Palavras-Chave: epistemologia, expertise filosófica, intuição, progresso filosófico, entendimento

Abstract: *Intuitions are intellectual impressions, seemings, or experiences that happen to us when we consider something and this seems true or false to us. Propositions like $2 + 2 = 4$; if an object is blue, then it is colored; torturing people just for fun is morally wrong; a subject can not have knowledge by luck, etc., are propositions that can be justified by intuitions. Some of these propositions fall within the purview of philosophy, to viz, the moral proposition and the proposition about knowledge. Philosophers are experts in what they do, but what is it that they do? It's known in the literature that philosophers traditionally use intuitions as evidence to corroborate or refute a thesis. Based on the psychological literature about expert intuition collected by Elijah Chudnoff (2021), I claim that a type of philosophical expertise is expert intuition. One can object that this traditional way of doing philosophy doesn't provide progress and that can be seen in the profound disagreement that is present in the philosophical literature. Against this objection, I reply that philosophical progress can occur in spite of disagreement. For this, I use a theory of progress that is linked with the notion of understanding developed by Finnur Dellsén (2021, 2022 and 2023).*

Keywords: epistemology, philosophical expertise, intuition, philosophical progress, understanding

¹ Agradeço imensamente aos revisores anônimos pelas sugestões que sem sombra de dúvidas melhoraram este artigo.

² Doutorando pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e bolsista CAPES. Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-3791-0182>. E-mail: v_rodrigues22@hotmail.com.

1. Introdução

Sabemos um bocado de coisas sobre o mundo ao nosso redor e sobre nós mesmos. Sei (1) que minha pele é escura; (2) que meu computador está em minha frente; (3) que $2 + 2 = 4$; (4) que se $\neg p$, então p ; (5) que fumar causa câncer de pulmão; (6) que o aquecimento global está ocorrendo; (7) que as plantas fazem fotossíntese, etc. De (1) a (4) são proposições que posso conhecer por mim mesmo: ou através da percepção, ou através de intuição (ou insight racional). Porém, as proposições de (5) a (7) dificilmente eu conseguiria saber por mim mesmo: não é o tipo de coisa que comumente³ se sabe apenas olhando ou tendo alguma intuição. Essas proposições são complexas para obtermos conhecimento, exigem metodologia rigorosa e cooperação não só de um ou dois indivíduos, mas de diversos indivíduos. Precisamos de outras pessoas confiáveis para nos *transmitir* conhecimento que jamais conseguiríamos sozinhos. *Dependemos epistemicamente* de outras pessoas. A contribuição perspicaz de John Hardwig em 1985 no artigo *Epistemic Dependence* foi justamente esta: mostrar para nós como dependemos dos outros para obtermos conhecimento. Pessoas com expertise em medicina, biologia, fisiologia, climatologia, física, geologia e muitas outras áreas nos testemunham informações importantes sobre o mundo como as proposições (5) a (7). Experts em filosofia também nos testemunham informações sobre nós mesmos e o mundo, mas o meu tema neste artigo não será o do testemunho filosófico⁴ e sim o da *expertise filosófica*. Antes de dar um exemplo de expertise filosófica, comecemos com um exemplo do esporte.

Um leigo e um treinador de MMA (*Mixed Martial Arts*⁵) estão assistindo a uma luta de MMA. Os lutadores são Alex Pereira e Sean Strickland. O leigo enxerga vários socos sendo executados até que o *knockout* de Pereira contra Strickland acontece. O treinador de MMA – o expert – enxerga Alex Pereira dando socos com a mão esquerda no peito do Sean Strickland para que o Sean Strickland abaixe a guarda e, assim, o Alex Pereira dê um *knockout* com um cruzado de esquerda. O expert sabe o que olhar e quando olhar para retirar alguma informação relevante; o leigo, não. Isso é um caso claro da distância epistêmica que um leigo e um expert têm ao examinar algum evento do domínio do expert. O expert pode mesmo guiar o leigo a enxergar o que ele enxerga a partir do seu conhecimento de fundo. O expert pode dizer: “O principal golpe do Alex

³ Agradeço ao revisor anônimo por ressaltar que Ole Koksvik (2020, p. 51) acredita que, em princípio, tudo o que pode ser crido, pode ser intuído. Eu não nego essa tese, apenas ressalto que o modo como comumente conhecemos tais proposições não é via intuições.

⁴ Tem surgido uma discussão interessante sobre se testemunho filosófico é possível (ver mais em Ranalli (2020) e García (2024)).

⁵ Ou também conhecido como vale-tudo.

Pereira é o cruzado de esquerda (ele já deu *knockout* em muitos lutadores assim), então as armadilhas normalmente são para dar esse golpe; veja como Alex Pereira dispara alguns golpes de mão esquerda no peito de Sean Strickland; veja como Strickland abaixa a mão direita para se defender; veja como Alex Pereira começa a fingir alguns golpes de mão esquerda no peito e Strickland reage a esses golpes falsos, etc.” A partir daí, o leigo consegue enxergar a estratégia de Alex Pereira.

Como o mesmo pode ocorrer na filosofia? O que é isso que o filósofo tem que o leigo não tem? Como o filósofo pode desenvolver essa expertise para que ele saiba o que olhar e quando olhar assim como um treinador de MMA ao ver uma luta?

Um caso filosófico similar ao do MMA acima exposto pode ser o seguinte. Um leigo e um epistemólogo estão lendo o caso das moedas de Smith (daqui em diante apenas “caso Smith”) do artigo original de Edmund Gettier. O leigo lê apenas que conhecimento é comumente tido como crença verdadeira e justificada (CVJ); que Smith e Jones têm 10 moedas no bolso; que Smith não tem conhecimento de que quem ganhará a vaga de emprego tem dez moedas no bolso, apesar de ter crença verdadeira e justificada. Digamos que, para esse leigo, ele consegue perceber que conhecimento parece ser crença verdadeira e justificada, mas não consegue perceber como o caso Smith é um exemplo contra essa teoria. Ele não tem a intuição que Gettier tentou incitar em seus leitores⁶. O epistemólogo – o expert – lê esse caso e consegue ter a intuição de que Smith não tem conhecimento de que quem vai ganhar a vaga de emprego tem dez moedas no bolso, apesar de ter crença verdadeira e justificada. O epistemólogo, sendo o expert que é, consegue guiar as intuições do nosso leigo em epistemologia para fazê-lo enxergar como o caso Smith mostra que a teoria CVJ sobre o conhecimento é falsa: “veja, é somente por *sorte* que o Smith obteve essa crença, verdadeira e justificada, e nós queremos obter conhecimento pelo mérito das nossas habilidades cognitivas; há também um princípio que se chama *condição de segurança* que diz que se alguém sabe algo, essa pessoa muito facilmente não teria a crença errada – mas Smith muito facilmente teria a crença errada”⁷. A partir daí, o leigo consegue enxergar que Smith não tem conhecimento apesar de ter

⁶ Como apontou um revisor anônimo, dizer que Gettier tentou incitar intuições ou mesmo que a metodologia filosófica envolve intuições não é um ponto pacífico na literatura. Herman Cappelen (2012) e Max Deutsch (2015) são dois dos principais expoentes da visão de que os filósofos não usam intuições como evidência na filosofia e sim argumentos. Não tenho espaço para elaborar uma resposta aqui, mas o leitor pode encontrar respostas contundentes em Bengson (2014), Chudnoff (2016) e Climenhaga (2017). Essas respostas variam de encontrar filósofos que admitem utilizar intuições como evidência até inferência para melhor explicação da atitude dos filósofos.

⁷ Esse modo de guiar o leigo sobre o caso Gettier não está longe de controvérsia. Alguns filósofos negam o princípio de segurança como necessário para alguém obter conhecimento sem negar que conhecimento não pode ser obtido por sorte (ver Bogardus e Perrin, 2022). No entanto, a história aqui criada serve meramente para ilustrar como um expert pode guiar um leigo a ter intuições.

crença verdadeira e justificada. Defendo que o leigo, depois do expert guiá-lo, teve uma *intuição*⁸. Ele teve a intuição de que Smith *realmente* não parece ter conhecimento apesar de ter crença verdadeira justificada da proposição alvo.

A metodologia filosófica parece se mover por meio de intuições, como alguns filósofos reconhecem: “(...) confiança nas intuições é tomada como sendo característica, ou pelo menos distintiva, do que é algumas vezes chamado de filosofia analítica tradicional ocidental”⁹ (Jenkins, 2014, p. 95); “uma coisa que distingue a metodologia filosófica da metodologia das ciências é a sua extensa e declarada confiança em intuições” (Goldman, 2007, p. 1); “(...) a prática de apelar para juízos intuitivos sobre casos esotéricos [é um] padrão de longa data na filosofia analítica” (Weinberg et al., 2012, p. 257).

Queremos responder diversas questões. O que é conhecimento? A justificação epistêmica é interna ou externa? O testemunho é uma fonte básica ou ela é redutível a outras fontes epistêmicas? A recepção do testemunho especializado por parte do leigo deve ser pesada com as suas razões ou deve ser substituída pelas do experts? E diversas outras questões que parecem fazer parte do rol de questões filosóficas. Usualmente visamos responder essas questões levantando cenários hipotéticos (ou mesmo reais) como os casos Gettier para mostrar que conhecimento não é crença verdadeira e justificada, o novo problema do demônio maligno contra a tese de que a justificação é externa, casos de credulidade irracional contra a tese não reducionista sobre testemunho, caso das autoridades predatórias contra a visão preemptiva da recepção do testemunho especializado por parte do leigo. Mas não só de casos hipotéticos (ou reais) vive a filosofia. Os filósofos articulam princípios, como o princípio da segurança, para impedir que a sorte entre nas teorias da natureza do conhecimento, fazem distinções relevantes como a distinção entre sorte que elimina conhecimento e sorte que não elimina conhecimento, etc. Utilizando cenários hipotéticos e outras ferramentas, o que os filósofos levantam aqui são intuições sobre o que parece ser o caso e eles parecem ser bons nisso.

Defendo aqui a tese de que *um tipo de expertise filosófica* é a expertise em intuir. Chudnoff (2021, p. 84-85) desenvolve a noção de expertise em intuir como “a capacidade de formar impressões, que se manifesta em intuições com conteúdo específico à expertise, é compatível com a alegação de que intuição expert é a capacidade de resolver problemas ao representar e buscar

⁸ Um dos revisores questionou como podemos saber que não há outra fonte epistêmica interferindo nesse processo do expert guiando o leigo. Não seria o raciocínio em vez da intuição que está guiando o leigo já que há todo um processo explicativo sendo dado a ele? Meu intuito não é negar que há algum tipo de raciocínio envolvido, mas de que a intuição tem um fator importante ao fazer o leigo *enxergar por ele mesmo* que Smith não tem conhecimento da proposição alvo. O leigo enxergar por ele mesmo e não através de uma inferência é o que chamo de ter uma intuição aqui. Mais detalhes serão dados adiante sobre o que é ter uma intuição.

⁹ Todas as traduções foram feitas por mim.

espaços de problemas”. O termo impressões é uma generalização para experiências sensoriais e experiências intelectuais (isto é, intuições) (Chudnoff, p. ix). Então, intuições, impressões intelectuais, experiências intelectuais são as mesmas coisas. O sujeito expert em intuir (I) forma impressões intelectuais (ii) que são compatíveis com a resolução de problemas (iii) ao representar e buscar espaços de problemas. Essa é uma maneira geral de entender a expertise em intuir que pode ocorrer na filosofia, no xadrez ou na física. Chudnoff não desenvolve como a sua teoria da expertise em intuir pode ser aplicada à filosofia, por isso, assumo esse papel neste artigo.

É importante frisar que diferentes filósofos podem ter diferentes tipos de expertise. Um historiador da filosofia pode ter algo como uma expertise interpretativa que outros filósofos com preocupações mais temáticas não têm. Todavia, dado que o uso de intuições parece ser a metodologia principal da filosofia, é importante investigar que tipo de expertise é essa que o filósofo tem mesmo que possam ocorrer outras expertises em consonância com a expertise em intuir.

Na segunda seção, eu explico de maneira geral o que são intuições. Na terceira seção, mostro a teoria da expertise em intuir de Chudnoff e faço sugestões de como ela pode funcionar para filosofia. Na terceira e última seção, abordo uma possível objeção à tese da expertise filosófica como expertise em intuir: o desacordo e aparente falta de progresso na filosofia.

2. Intuições

É moralmente errado torturar pessoas por diversão, $2 + 2 = 4$, nenhum objeto é todo vermelho e todo verde. Quando consideramos essas proposições, elas nos parecem de certa maneira. Por “de certa maneira” quero dizer que elas podem nos parecer verdadeiras ou falsas. Em relação às proposições acima, todas me parecem verdadeiras. Suponho que pareçam assim também para você, leitor. Esse ‘parecer’ é seguidamente descrito na literatura filosófica recente como uma intuição. Essas intuições ocorrem em diversas áreas da filosofia: ética (como no caso Trolley de Philippa Foot), epistemologia (como no caso Smith de Gettier), filosofia da linguagem (como caso Gödel de Saul Kripke), filosofia da mente (como no Quarto de Mary de Frank Jackson). Embora tenha dado apenas exemplos de intuições envolvendo experimentos de pensamento, essa não é a única forma de incitar intuições. Na seção seguinte, forneço exemplos de intuições que não são incitadas através de experimentos de pensamento, mas ao considerar distinções e princípios. Na matemática também

podemos ter intuições como em proposições do tipo $2 + 2 = 4$.¹⁰ Como esse parecer não decorre do que experimentamos sensorialmente, podemos dizer que se trata de um parecer intelectual. Neste artigo, ter uma intuição é usado desta maneira, isto é, para designar um parecer intelectual, algo que nos parece de certa maneira.

Ainda assim, existem diferentes posições sobre o que é ter uma intuição. Se elas são crenças, disposição para crer ou uma atitude proposicional própria não redutível à outra atitude (isto é, são um estado *sui generis*). David Lewis (1983, p. x) é um dos filósofos que entendem as intuições como sendo meras crenças. Ernest Sosa (1998, 2006, 2007), Joshua Earlenbaugh e Bernard Molyneux (2009) são os principais defensores da posição de que as intuições são disposições para crer. A posição *sui generis* está em maior número: George Bealer (1992, 1998), Michael Huemer (2001, 2005), Elijah Chudnoff (2011, 2013), Carrie Jenkins (2014), John Bengson (2015), Ole Koksvik (2020).

Acredito que as posições de que intuições são crenças ou disposições para crer estão equivocadas, em especial pelas considerações sobre como reagimos a paradoxos: embora cada premissa do paradoxo nos pareça *intuitivamente* verdadeira, não *cremos* nem temos uma *disposição para crer* nas premissas. Dado que nos casos de paradoxos temos intuições sem crenças ou disposições para crer, as intuições não podem ser redutíveis a esses dois estados mentais. Elas são, portanto, estados mentais *sui generis*¹¹. Foco, então, nos filósofos que acreditam que as intuições são estados mentais *sui generis* para explicar melhor o que elas são.

Bealer (1992, 1998) e Huemer (2001, 2005) descrevem as intuições como pareceres intelectuais ou aparências intelectuais; Chudnoff (2013) como percepções intelectuais e Bengson (2015) como apresentações intelectuais. Chudnoff e Bengson possuem uma maneira mais rica de descrever as intuições, então foco neles para tal. Há uma fenomenologia específica às intuições que as caracterizam como *sui generis*. Por fenomenologia, entendo aqui como a experiência de sentir algo. Há uma fenomenologia de como é sentir o sabor de uma caipirinha, de ver algo vermelho, de ouvir as primeiras notas da Quinta Sinfonia de Beethoven. Ou seja, essas experiências possuem um caráter fenomenal. Ao provarmos uma caipirinha (a original: feita com cachaça, limão macerado, açúcar e gelo), ela tem o caráter fenomenal de ser cítrica, adocicada, gelida e ardente. Isso pode ser

¹⁰ É comum associar intuições como sendo não reflexivas, rápidas e sem esforço (como faz Kahnemann 2003, 2009), porém acredito ser uma concepção equivocada. Intuições *também* podem ser obtidas por esforço (Bengson, 2015; Chudnoff, 2013, 2021; Koksvik, 2013). Para haver uma intuição, basta que o indivíduo considere intelectualmente algo (uma proposição, um cenário, uma tese) e tenha um parecer ou experiência intelectual em que esse algo lhe pareça verdadeiro ou falso. Isso pode ocorrer com ou sem esforço.

¹¹ Não tenho espaço para expor esse argumento aqui, mas o seu desenvolvimento pode ser visto em Bealer (1992, 1998), Chudnoff (2013) e Marc Moffett (2023). John Bengson (2015) desenvolve diferentes experimentos de pensamento em que pode haver um sujeito com crenças ou disposições para crer sem intuições.

uma descrição parcial do que é sentir o sabor da caipirinha, mas ainda assim é uma descrição detalhada da fenomenologia própria do sentir o sabor da caipirinha. Há também uma fenomenologia própria de ter uma intuição, dizem Chudnoff e Bengson. As intuições possuem uma fenomenologia *apresentacional*, isto é, ao sujeito ter uma intuição, ele não está só representando algo, isso também está sendo *apresentado* a ele. A apresentacionalidade é a experiência de algo se apresentar a você como sendo dessa forma. Ao ver uma maçã vermelha, o mundo se *apresenta sensorialmente* a você como sendo dessa forma. Ao considerar a proposição é moralmente errado torturar pessoas por diversão, ela se *apresenta intelectualmente* a você como sendo dessa forma. Ao considerar a proposição $2 + 2 = 4$, ela se *apresenta intelectualmente* a você como sendo dessa forma. Ao considerar o caso Smith de Gettier, a proposição de que Smith não sabe que a pessoa a ser contratada tem dez moedas no bolso, apesar de ter uma crença verdadeira justificada se *apresenta intelectualmente* a você como sendo dessa forma. Quando refletimos sobre se Smith do caso Gettier tem conhecimento da proposição alvo, parece-nos que Smith não o tem. *Ocorre* a nós (diz Bengson, 2015) como se Smith não tivesse conhecimento. Não é um mero palpite ou pressentimento, ou hipótese que temos, mas sim uma intuição¹². Isso é *apresentado* para nós como uma experiência intelectual.

Em suma, ter uma intuição é estar em um estado mental em que algo se *apresenta* intelectualmente como verdadeiro ou falso. Se você tem uma experiência ou um parecer intelectual de que algo te parece verdadeiro ou falso, então você está tendo uma intuição e esse estado mental é não sensório.

3. Expertise em Intuir

Chudnoff (2021, p. 15-43) tem um sistema de classificação próprio dos tipos de expertise que existem¹³. Essa classificação tem dois grandes tipos de expertise, a saber, formar impressões e executar ações. Que, por sua vez, se dividem em mais quatro formas de expertise: formar impressões sensoriais, formar impressões intelectuais¹⁴, executar ações mentais e executar ações corporais. Abaixo uma imagem (2021, p. 37) para facilitar a compreensão de como esses tipos de expertises se dividem.

¹² Para maiores detalhes sobre o que intuições não são ver Bealer (1998) e Bengson (2015).

¹³ Essa classificação não é exaustiva, como ele mesmo reconhece.

¹⁴ Interpreto Chudnoff como tomando experiência intelectual, perceptual intelectual, impressão intelectual e intuição como sendo o mesmo fenômeno. No livro *Intuition* (2013), ele fala em experiência intelectual ou percepção intelectual e, no livro *Forming Impressions: Expertise in Perception and Intuition* (2021), ele fala em impressão intelectual. Ele não fornece razões de por que trocou de experiência intelectual/percepção intelectual para impressão intelectual.

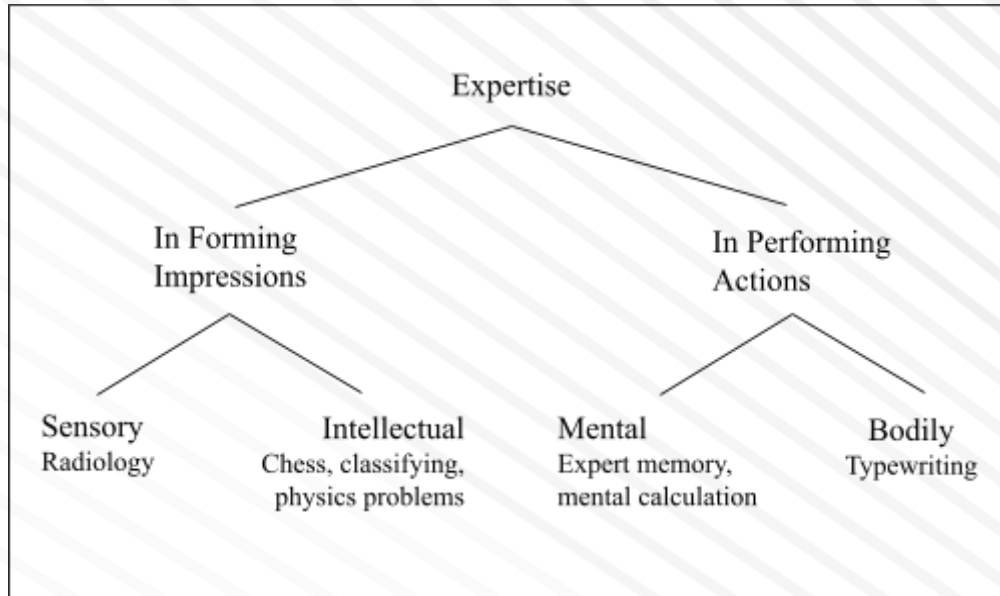


Imagem 1: Classificação dos tipos de expertise. Fonte: Chudnoff, 2021.

Para Chudnoff, expertise em geral é uma capacidade para atuar de maneira apropriadamente superior em um dado domínio (p. 29). O que conta como atuar de maneira apropriadamente superior dependerá de domínio para domínio. Expertise em formar impressões é a capacidade para formar impressões superiores sobre um domínio fundado em estratégias de busca relacionadas ao domínio; enquanto expertise em executar ações é a capacidade para executar ações superiores em um domínio fundado em estratégias de planejamento relacionadas ao domínio. Por questões de espaço, escrevo muito brevemente sobre um exemplo de expertise em formar impressões sensoriais. Explico com mais detalhes o que é expertise em formar impressões intelectuais (isto é, expertise em formar intuições).

Um exemplo de expertise em formar impressões sensórias é a identificação de uma espécie de pássaro apenas olhando para ele como um ornitólogo pode fazer. O ornitólogo, após certo tempo para adquirir a expertise, forma uma impressão sensória (a partir de sua percepção visual) de que um dado pássaro pertence a uma determinada espécie.

Agora sobre expertise em intuir. Chudnoff dá um exemplo da física que ilustra o que seria a expertise em intuir.

Suponha que são apresentados a um novato e a um expert dois problemas de física de plano inclinado. Ao novato, eles parecem similares, porque ambos envolvem planos inclinados. Ao expert, eles parecem diferentes, porque um deve ser resolvido usando as leis de Newton e outro deve ser resolvido usando a conservação de energia. O novato tem uma intuição de novato. O expert tem uma intuição de expert. (Chudnoff, 2021, p. 72).

O expert desenvolve as suas impressões intelectuais a ponto de enxergar os dois problemas como requerendo soluções diferentes, enquanto o leigo não tem as suas impressões intelectuais desenvolvidas a esse ponto e enxerga os problemas como sendo solucionados da mesma forma.

Como essa diferença entre leigo e expert funciona em maiores detalhes? Chudnoff (2021, p. 72-95) ao fazer um apanhado da literatura relevante da psicologia da expertise (Davidson et al., 2003; Kahneman e Klein, 2009; Gobet e Chassy, 2009; Newell e Simon, 1972; Robertson, 2016) concebe a expertise em intuir como a capacidade de (i) formar impressões intelectuais, compatível com (ii) resolver problemas por meio de (iii) representar e buscar os espaços de problemas. Resolver problemas é a capacidade de ir de A para B. A formação de impressões intelectuais ocorre tanto nos detalhes quanto no resultado desse caminho. A é o *estado inicial*; B é o *estado alvo*; XYZ são os *operadores* (que são as condições ou restrições) para ir de A para B. O estado inicial e os operadores geram um *espaço de problemas*. Tomemos o enxadrista como exemplo. Ele tem como *estado inicial* as peças e tem o seu *estado alvo* o xeque-mate. No entanto, existem regras (isto é, *operadores*) para sair desse estado inicial e chegar ao estado alvo. Com isso temos os espaços de problemas (isto é, temos diferentes maneiras de fazer o xeque-mate). Ao resolver diversos problemas no xadrez, impressões intelectuais se manifestam: qual é a melhor jogada, como sair de uma emboscada, qual peça sacrificar, etc. Mas como um expert põe em prática essa capacidade de resolver problemas por representar e buscar os espaços de problemas? Melhor dizendo, quais são as atitudes do expert nesses casos?

Existem três atitudes dos experts que Chudnoff (2021, p. 87-89) aponta ao olhar para a literatura (em especial para o trabalho de Michelene Chi (2011)) sobre expertise em intuir.

A primeira atitude do expert é de melhorar as estratégias de busca de maneira *estreita*. Isto é, os experts trabalham melhor com os operadores (com as condições, restrições). Estratégia de busca *estreita* quer dizer que isso não inclui a representação do próprio espaço de problema (essa distinção ficará mais clara na terceira atitude).

A segunda atitude do expert é de melhorar a capacidade de resolver problemas ao armazenar uma vasta quantidade de conhecimento bem-ordenado sobre o domínio em questão (ibid.). Os experts melhoram a capacidade de resolver problemas por meio de situações já conhecidas (ibid.; cf. Klein, 2017).

A terceira atitude do expert é de melhorar a própria *representação* dos espaços de problemas. Ou seja, o expert reestrutura os espaços de problema. Quando ocorre essa reestruturação (e, conseqüentemente, a solução do problema) ocorre o que é chamado de *insight*. Qual seria um exemplo de reestruturação da representação dos espaços de problema? Vejamos esse exemplo dos

Problemas dos Palitos de Fósforo tirado de Knoblich et al. (1999) (a apresentação é de Chudnoff, 2021, p. 89).

Problemas dos Palitos de Fósforo: “I = II + II” e “XI = III + III” são declarações aritméticas falsas usando numerais romanos. Mude-os para declarações aritméticas verdadeiras apenas movendo um “palito de fósforo” em cada um dos problemas.

Esse problema é difícil de resolver ao ter em mente os operadores que uma pessoa normalmente toma como disponíveis. Em geral, uma pessoa tenta resolver esse problema tendo em mente que “as operações aritméticas são fixas [e] os numerais são unidades que não podem ser decompostas em partes manipuláveis” (Chudnoff, 2021, p. 88). É preciso mudar a *representação* dos espaços de problemas. Nesse caso, é preciso reestruturar o modo como se representa os operadores. A partir dessa reestruturação, a solução aparece. As soluções são essas: “I = III – II” e “VI = III + III”. A solução do primeiro problema é mover o palito de fósforo do sinal de mais (ou seja, não tomar a operação matemática de somar como fixa) e a solução do segundo problema é mover o palito de fósforo do X para que ele se torne V (ou seja, não tomar os numerais como unidades que não podem ser decompostas em partes manipuláveis).

Como isso se aplica na filosofia? Chudnoff não aplica o que ele obteve da literatura sobre expertise em intuir à filosofia. Viso, então, fazer essa expansão do apanhado de Chudnoff. Contudo, a minha aplicação à filosofia é em um sentido *geral* e não *específico*. Diferentes filósofos vêm defendendo diversas teses sobre o que é a expertise filosófica em sentido específico: desde domínio com esquemas conceituais até melhor compreensão ou discernimento de experimentos de pensamento (Ludwig, 2007; Weinberg et al., 2010; Schindler e Saint-Germier, 2023). Por expertise filosófica em um sentido *geral*, quero dizer que as intuições que os filósofos desenvolvem e incitam podem ser tanto geradas a partir de domínios esquemas conceituais ou discernimento de experimentos de pensamento (ou mesmo alguma outra especificação). A minha questão é identificar o que subjaz a qualquer uma dessas possibilidades. Ou seja, investigo o que ocorre com o filósofo enquanto expert em intuir¹⁵ independentemente dos detalhes mais minuciosos das diversas maneiras

¹⁵ Como um revisor alertou, os filósofos experimentais têm feito estudos sobre as intuições dos filósofos com os próprios filósofos como participantes (Schwitzgebel & Cushman, 2012; Tobia et al., 2013; Horvath & Wiegmann, 2016). A conclusão deles tem sido de que as intuições dos filósofos não são melhores que as dos leigos. Diversas críticas são levantadas contra esses estudos: desde problemas com validade ecológica até mesmo se os vieses que eles apontam realmente são problemáticos para minar expertise (vieses também aparecem nos cientistas e nem por isso a sua expertise é minada) (Rini, 2015; Kauppinen, 2018; Chudnoff, 2021; Bach, 2023). Outro ponto importante salientar é que muitos desses estudos dos filósofos experimentais são testes de respostas rápidas a partir de experimentos de pensamento. Intuições não são incitadas apenas rapidamente e via experimentos de pensamento. Elas muitas vezes

que isso possa ocorrer. Assim como, por exemplo, alguém pode investigar o enxadrista enquanto expert em intuir independentemente dos detalhes das diversas maneiras em que o enxadrista pode jogar.

Há uma questão (Deus existe? O que é conhecimento? A justificação é interna ou externa?) que seria o estado inicial e o estado final é responder a essa questão – ou melhor, entender como responder essa questão. Os operadores são regras, ferramentas, condições, dados para respondermos a essas questões. Por exemplo, para responder à questão “Deus existe?” (ou qualquer outra questão) não faz parte da regra procurar a resposta que faz o investigador mais feliz, mas sim aquela que é verdadeira. Há também diferentes ferramentas que os filósofos consideram ao tentar responder questões como delinear distinções (mal gratuito difere de mal necessário), clarear os significados dos termos (o que é Deus? O que significa onipotência? O que significa onisciência?), avaliar analogias (amor de Deus é análogo ao amor de uma mãe?), ressaltar a forma lógica (argumento lógico do mal é distinto do argumento evidencial do mal), engajar-se em dialética (discutir com os pares), articular princípios (princípio da razão suficiente), explorar modelos (argumentos bayesianos a favor e contra a existência de Deus), considerar casos extremos (poderia Deus mandar uma atrocidade?). Dados também são relevantes para responder questões filosóficas. Para respondermos à questão “o que é conhecimento?” precisamos considerar que formamos crenças a partir de diversas fontes de conhecimento (percepção, memória, testemunho, intuição, introspecção), responder a diversos experimentos de pensamento como os casos Gettier, responder ao cético, responder que tipo de valor tem o conhecimento (intrínseco, final, ou algum outro tipo de valor). Isso tudo são operadores que restringem o modo como respondemos uma questão filosófica. Agora pensando naquelas três atitudes do expert em intuir, como aplicar essas atitudes aos filósofos?

Como o filósofo enquanto expert em intuir melhora as estratégias de busca de maneira estreita? Ao responder à questão o que é o conhecimento, o epistemólogo é melhor que o leigo em lidar com os operadores em voga sobre essa questão. Por exemplo, um operador é não permitir que o tipo relevante de sorte entre na sua teoria do conhecimento. Por tipo relevante de sorte, refiro-me àqueles tipos de sorte que eliminam conhecimento e não aqueles tipos de sorte que não eliminam conhecimento. Uma maneira de fazer isso pode ser através da noção de virtude (como epistemólogos das virtudes o fazem). A crença verdadeira precisa ser uma manifestação da virtude do agente epistêmico, isto é, ela precisa ocorrer *em virtude* das habilidades do conhecedor. Se a crença verdadeira ocorre *em virtude* de sorte, então ela não é um caso de conhecimento. O

levam tempo para serem desenvolvidas e são também ocasionadas por raciocínios cuidadosos e pormenorizados. Usando as palavras de Bengson (2020), é um mito que intuições são apenas rápidas e fáceis como muitas vezes parece pressuposto nos trabalhos dos filósofos experimentais.

epistemólogo da virtude (isto é, o expert), portanto, é melhor nessa estratégia de busca em como eliminar o tipo de sorte relevante da teoria do conhecimento. Claro, isso é só um exemplo de como a expertise ocorre. Diferentes epistemólogos podem dar diferentes soluções para isso.

Como o filósofo enquanto expert em intuir melhora a capacidade de resolver problemas ao armazenar uma vasta quantidade de conhecimento bem-ordenado sobre o domínio em questão? Em responder à questão o que é conhecimento, o epistemólogo tem horas a fio em lidar com os problemas concernentes em buscar uma resposta. O epistemólogo já acompanhou e acompanha a literatura relevante sobre essa questão e tem em mente princípios (condição de segurança, sensibilidade), distinções (justificação doxástica vs. justificação proposicional), diferentes casos e experimentos de pensamento (casos Gettier, falsos celeiros, Truetemp, caso da Clarividência), ele se engaja dialeticamente com os seus pares desde encontros particulares a eventos nacionais e internacionais. Em suma, ele está bem munido de um vasto conhecimento bem-ordenado para resolver problemas da sua área.

Como o filósofo enquanto expert em intuir melhora a própria *representação* dos espaços de problemas? Em responder à questão o que é conhecimento, o epistemólogo pode ter diferentes insights. Em vez de focar na crença como muitos epistemólogos fizeram, pode-se ter um insight de focar no agente e suas virtudes (como na epistemologia das virtudes). Talvez até ter uma mudança de questão. Em vez de o epistemólogo focar na questão “o que é conhecimento?”, talvez uma melhor questão seja “o que é entendimento?”, talvez uma melhor questão seja “o que é sabedoria?”.

Em suma, o filósofo é um expert em intuir por formar diversas impressões intelectuais compatíveis com resolver problemas melhorando as suas estratégias de busca entendido de maneira estreita, por possuir um vasto registro de conhecimento bem organizado sobre o seu domínio e por melhorar a construção dos espaços de problemas.

4. Desacordo e Progresso

Alguém pode dizer: “Mas olhe o tanto de desacordo que há na filosofia. Isso sugere que esse modo de filosofar não parece ter sido bem-sucedido. Não devíamos ver mais acordo entre os filósofos para dizermos haver algum tipo de progresso nesse modo de filosofar? Se não há progresso, então parece que esse tipo de expertise não produz nada ou quase nada de relevante”. É no mínimo suspeita uma comunidade que proclama haver experts, mas não possui nenhum tipo de consenso para gerar progresso. Isso parece um programa degenerativo – para usar as palavras de Imre Lakatos.

Desacordo entre os filósofos parece ser um fato estabelecido segundo os dados coletados por Bourget e Chalmers (2014, 2023)¹⁶. Dado esse desacordo (a falta de respostas às questões tradicionais da filosofia e a falta de convergência coletiva), os filósofos parecem não fazer progresso. E, com isso, expertise em intuir não parece ser um empreendimento bem-sucedido.

Um primeiro ponto é o seguinte. Alguém pode alegar que dado o imenso desacordo gerado a partir desse modo tradicional de fazer filosofia, nós devemos abandoná-lo e seguirmos um projeto naturalista. Um projeto cujo (principal ou se não o único) meio de investigação é o método científico. Essa proposta não é nova e ela já vem sendo aplicada na filosofia desde Quine nos anos 1950. Diversos filósofos o tomam como inspiração para seguir um projeto naturalista. Contudo, setenta anos se passaram e ainda assim não temos um maior acordo sobre as questões centrais da filosofia. O desacordo amplo entre experts ainda segue a todo vapor.

Um segundo, e meu ponto central, é o de se perguntar se mesmo apesar do desacordo há espaço para progresso. Acredito que sim e me inspiro em Finnur Dellsén (2021, 2022, 2023) para defender essa proposta.¹⁷ No entanto, forneço um esboço de como pode ocorrer esse progresso perante o desacordo profundo. Portanto, a intenção não é de fornecer uma teoria completa do progresso filosófico, mas de fornecer uma saída, uma luz no fim do túnel, para uma posição otimista com relação ao progresso na filosofia – consequentemente, uma posição otimista sobre expertise em intuir como uma expertise filosófica. Esboço aqui apenas a sua parte construtiva e não destrutiva. Ou seja, apenas demonstrarei como ela é possível e, por limitações de espaço, não contra-argumento contra aqueles que defendem que o desacordo é um problema seríssimo para o progresso¹⁸.

Dellsén (2021, 2022, 2023) defende o que ele chama de abordagem noética do progresso científico e filosófico. Para haver progresso científico ou filosófico em uma dada questão, é preciso haver uma mudança devido às pesquisas científicas e filosóficas na informação publicamente disponível que permite aos membros relevantes da sociedade aumentar o seu entendimento dessa questão (Dellsén 2021, p. 11258; Dellsén et al. 2023, p. 155). Entretanto, o que significa entender?

¹⁶ Embora com algumas vozes dissidentes como Frances (2017) que alega que o acordo entre os filósofos será mais ou menos forte dependendo das perguntas que forem feitas.

¹⁷ Segundo Dellsén et al. (2023), outras abordagens sobre progresso na filosofia também podem mostrar que o progresso é possível mesmo apesar do desacordo. Escolhi expor a teoria de Dellsén, pois ela parece ser a mais promissora não só como uma teoria do progresso que compatibiliza o progresso com o desacordo, mas também como uma teoria geral do progresso tanto em filosofia quanto em ciência.

¹⁸ Dellsén et al. (2023, p. 144-153) identificam dois tipos de argumentos contra o progresso apesar do desacordo: argumento da evidência de segunda ordem e argumento da não convergência. Embora não concorde com alguns pontos apresentados por eles, o leitor pode *progredir* em melhor entender como esses argumentos falham e, consequentemente, como o progresso apesar do desacordo é possível.

Uma maneira comum de compreender o entendimento é de que entender um fenômeno, objeto ou tema é apreender como as coisas se encaixam. Isto é, enxergar como as relações de dependência ocorrem. Entendo que a casa pegou fogo quando conecto com a informação de que ela pegou fogo *porque* houve um curto-circuito. Entendo que o café virou quando conecto com a informação de que o café virou *porque* a coxa bateu na mesa.

Uma teoria científica ou filosófica progride à medida que ela fornece maneiras de enxergarmos essas relações de dependência (isto é, à medida que ela fornece entendimento). Ciência e filosofia fazem isso por meio de explicação e predição de fenômenos (Dellsén, 2022, p. 821–826). Por exemplo, a ciência faz progresso sobre COVID-19 quando ela fornece explicações e predições de como esse vírus age e como combatê-lo (ibid). Pedacos de informações isoladas sobre um dado fenômeno, por mais que sejam verdadeiros, não fornecem progresso (embora forneçam conhecimento). Somente dizer que COVID-19 mata, não fornece nenhum entendimento do funcionamento desse vírus. O entendimento (e, conseqüentemente, o progresso) sobre COVID-19 surge quando houver uma explicação de por que ele mata e como predizer isso. Também, para haver progresso, não é suficiente que apenas uma pessoa faça essas conexões. É preciso que seja publicamente disponível para os membros relevantes. Isso tem importância para medirmos o progresso sobre alguma questão. Dellsén et al. (2023, p. 157) diz que “(...) nós devemos medir o progresso em termos de quão bem o estado das informações publicamente disponíveis permite que os membros relevantes da sociedade aumentem o seu entendimento”.

Com essa teoria noética em mãos, como a filosofia tem progredido mesmo apesar do desacordo? Gostaria de fazer um estudo de caso. Primeiro, é preciso ter em mente qual é a questão a ser avaliada. A minha questão é “progredimos em entender como a sorte afeta os nossos estados epistêmicos?”. Ou seja, nós conseguimos fornecer explicações desse fenômeno e essas explicações estão publicamente disponíveis para os membros relevantes da sociedade para que eles aumentem o seu entendimento? Acredito que sim. Veja bem, minha intenção com isso não é dizer que há *uma* teoria do conhecimento verdadeira ou que há *uma* teoria verdadeira do que é sorte. O que seria muito doutrinador. E, sim, expor que entendemos melhor esse fenômeno ao longo das décadas da epistemologia analítica contemporânea. Também a intenção não é que seja uma história exaustiva, certamente algumas figuras importantes ficarão de fora.

Vamos começar com o artigo de Gettier, *Is Justified True Belief Knowledge?*, de 1963. Lá há uma exposição de qual é a teoria aceita do conhecimento (a saber, a teoria CVJ) e uma refutação por meio de dois experimentos de pensamento. Ele nos apresenta uma intuição fortíssima por meio desses dois experimentos de pensamento de que crença verdadeira justificada não é suficiente para

conhecimento. No entanto, ele para por aí. Não explica o que há por trás dessa intuição. Alguns artigos nos anos 1960 surgiram respondendo o que faltava para a teoria CVJ. Michael Clark, em 1963, em *Knowledge and Grounds: A Comment on Mr. Gettier's Paper*, responde a Gettier com a teoria de que é preciso que S creia que p com base em fundamentos totalmente verdadeiros. O que é um problema, pois implica em que nunca devemos ter nenhuma crença falsa para ter conhecimento, gerando um ceticismo sobre a nossa capacidade de conhecer. Pode haver algumas crenças falsas no meio da nossa longa cadeia de raciocínio, mas ainda assim podemos ter conhecimento de uma proposição ou outra.

No entanto, o meu ponto aqui não é o de avaliar se a teoria é verdadeira ou não, mas sim que ela não fornece uma explicação do que há de errado com a teoria CVJ da maneira como os epistemólogos entendem comumente o problema hoje em dia. Isso é um primeiro passo para reconhecer um avanço nessa literatura, a saber, a rejeição de uma forma de entender o modo como a sorte afeta os nossos estados epistêmicos (em especial, o conhecimento nesse caso).

Peter Unger, em 1968, em *Analysis of Factual Knowledge*, parece ser o primeiro a colocar o problema de Gettier como um problema envolvendo *acidentalidade*. Ele coloca isso no modo como os epistemólogos hoje em dia entendem a questão. Segundo Unger, o que Gettier identificou (mas não verbalizou) é de que crença verdadeira justificada não elimina acidentalidade — o que é algo importante para se eliminar numa teoria do conhecimento. Mais do que isso, Unger também nos explicou que algumas formas de conhecimento são compatíveis com acidentalidade. Por exemplo, foi um mero acidente de que alguém testemunhou o momento exato de uma colisão entre dois carros. Foi um mero acidente que essa pessoa estava lá, mas isso não é incompatível com ela saber que houve uma colisão entre dois carros.

Mylan Engel Jr., em 1992, em *Is Epistemic Luck Compatible With Knowledge?*, coloca o problema de Gettier *exatamente* na maneira como os epistemólogos o entendem. Ele não usa mais o termo *acidente* como Unger usava, mas, sim, o termo *sorte*. O problema nos casos Gettier são problemas de sorte *verídica*. Ele concorda com Unger de que há alguns casos de sorte compatíveis com conhecimento. A explicação, no entanto, do que ocorre nos casos Gettier é de que há neles um problema de sorte verídica, isto é, o sujeito obtém a *verdade* da crença por sorte. Esse é o problema relevante nos casos Gettier. No caso da colisão dos carros posto acima, não é um problema em que o sujeito obtém a verdade por sorte, mas sim a evidência é obtida por sorte (ele muito facilmente poderia não estar lá).

Duncan Pritchard, em 2010, em *The Nature and Value of Knowledge: Three Investigations*, não só aceita essa explicação de que o problema nos casos Gettier é um problema de sorte verídica,

ele distingue mais duas formas de sorte verídica: a sorte interveniente e a sorte ambiental. A sorte interveniente é aquela em que interfere entre um fato e uma crença (típicas dos casos Gettier de 1963) e a sorte ambiental é aquela em que o ambiente é desfavorável para a formação de conhecimento (típico dos casos dos Falsos Celeiros). A distinção não é inútil. Para ele, a epistemologia das virtudes não consegue lidar com os casos de sorte ambiental, apesar de conseguir lidar com os casos de sorte interveniente. Segundo Pritchard, é necessária uma condição de segurança para haver uma teoria do conhecimento completa (além da epistemologia das virtudes). Não só a distinção é relevante para Pritchard para compreendermos melhor como a sorte afeta o conhecimento, mas também é relevante para compreendermos melhor como a sorte afeta o entendimento.

Até então falei apenas do desenvolvimento ocorrido da relação entre sorte e conhecimento. Desenvolvimento feito através de delineamento de distinções úteis para a compreensão desse fenômeno. Porém, no final dos anos 1990 em diante, houve uma preocupação dos epistemólogos em entender o que é o entendimento (Elgin, 1996; Grimm, 2006; Kvanvig, 2003; Zagzebski, 1996, 2001). Assim, expandindo os horizontes dos estados epistêmicos que os epistemólogos estudam, tornando a investigação sobre sorte e estado epistêmico mais frutífera. Há um debate sobre se entendimento é redutível ao conhecimento. Uma maneira de estruturar esse debate é ter em mente quais são as propriedades do conhecimento e verificar se elas são as mesmas propriedades do entendimento. Um modo comum de enxergar o conhecimento é um estado epistêmico que tem as propriedades da crença, verdade, justificação e não acidentalidade. A partir disso, os epistemólogos investigam se o entendimento possui cada uma dessas propriedades. Deixando de lado as três primeiras propriedades, há um grande debate sobre se entendimento é compatível com o mesmo tipo de sorte que elimina conhecimento. Alguns argumentam que sim (Hills, 2016; Kvanvig, 2003; Pritchard, 2009, 2010; Zagzebski, 2001) e outros argumentam que não (Boyd, 2020; Greco, 2014; Grimm, 2006, 2010; Kelp, 2017). Apesar da discordância, há um quadro fixo que essa literatura segue que é a distinção entre sorte interveniente e sorte ambiental. Pritchard defende que entendimento é compatível com sorte ambiental, mas não interveniente. Enquanto outros como Alison Hills e Jonathan Kvanvig defendem que entendimento é compatível com ambos.

Com relação à questão de “Progredimos em entender como a sorte afeta os nossos estados epistêmicos?”, acredito que, com o quadro da teoria noética de Dellsén, respondo afirmativamente que progredimos em entender melhor como a sorte afeta os nossos estados epistêmicos. Começando com Gettier que, em 1963, identifica que ainda há um problema com a teoria CVJ – apesar dele não explicar qual é exatamente o problema. Unger, em 1968, sinaliza para um problema de

acidentalidade nos casos desenvolvidos por Gettier. Mais do que isso, ele mostra haver casos de accidentalidade compatíveis com conhecimento e outros casos que não são (a saber, os casos Gettier). Engel, em 1992, pontua que os casos Gettier são exemplos em que a verdade da crença é obtida por sorte, nomeando assim de sorte verídica. Pritchard, em 2010, identifica que há dois tipos de sorte verídica: a sorte interferente e a sorte ambiental. Uma distinção com utilidade não só para o conhecimento, mas também para o entendimento. Ademais, diferentes filósofos trabalharam para expandir a discussão da sorte para outro estado epistêmico, a saber, o entendimento¹⁹.

Para concluir, gostaria de fazer a conexão dessa história de progresso na epistemologia com a expertise em intuir. Como aquelas três atitudes dos experts em intuir podem aparecer aqui? Como eu disse acima, o filósofo é um expert em intuir por formar diversas impressões intelectuais compatíveis com a capacidade de (i) resolver problemas melhorando as suas estratégias de busca, (ii) possuir um vasto registro de conhecimento bem organizado sobre o seu domínio e (iii) melhorar a construção dos espaços de problemas. Na epistemologia, (i) há uma resolução do problema melhorando a estratégia de busca ao identificar qual é a intuição por trás dos casos Gettier e as suas nuances, (ii) os epistemólogos possuem esse acúmulo de conhecimento bem organizado sobre a relação da sorte com os nossos estados epistêmicos e (iii) melhoraram a construção dos espaços de problemas ao enxergar distinções profundas desse fenômeno.

Não há acordo sobre qual teoria do conhecimento resolve o problema de Gettier. Não há acordo sobre qual condição (Segurança? Sensibilidade? Explicação?) deve ser adicionada para eliminar o problema que Gettier trouxe. Esse desacordo, no entanto, não é suficiente para eliminar progresso na filosofia. E, portanto, também não é suficiente para minar a expertise em intuir na filosofia.

Há ainda duas preocupações na minha argumentação apontadas pelos revisores e espero dissolvê-las razoavelmente. Apenas forneci um caso de progresso para melhor entendermos uma questão. Como disse, a intenção é fazer um estudo de caso. O intuito é utilizar como inspiração em como podemos enxergar outras questões na filosofia: apesar do desacordo, conseguimos enxergar progresso nos detalhes das discussões. Como? Duas maneiras que fiz isso foi ressaltando (i) as distinções delineadas por epistemólogos e (ii) a expansão da questão para a noção de entendimento²⁰ – o que indica que o programa foi frutífero. Isso pode ser tido como uma maneira de apenas dar voltas na questão sem resolvê-las e que, portanto, não seria um progresso considerável.

¹⁹ Há também a discussão sobre se conhecimento prático é compatível com sorte ou não (Cath, 2011, 2015; Poston, 2009; Stanley e Williamson, 2001).

²⁰ Outros exemplos de progresso na filosofia nesses e em outros sentidos podem ser vistos em John Bengson, Terence Cuneo e Russ Shafer-Landau (2022, p. 156-161).

Acredito que o progresso foi considerável, pois entendemos muito melhor agora como a sorte afeta nossos estados epistêmicos do que nos anos 1960. Mas estamos resolvendo uma questão? É um problema que surge em especial para os filósofos dado o desacordo amplo. Parte do que disse sobre expertise em intuir é que envolve a capacidade de resolver problemas, no entanto, o problema de Gettier continua aí. Não foi resolvido. Essa é a segunda preocupação. É importante ressaltar que precisei a questão que eu estou interessado em discutir. A questão não era “resolvemos o problema de Gettier?”, mas sim “progredimos em entender como a sorte afeta os nossos estados epistêmicos?”. Se a minha exposição está correta, então esse problema está *continuamente* sendo resolvido. Nós, de fato, estamos progredindo cada vez mais em entender como as peças desse problema se encaixam através de delineamento de distinções e expansão da questão.

5. Conclusão

Os filósofos se baseiam fortemente em intuições para responder questões filosóficas. Os filósofos também são competentes naquilo que fazem. Nada mais natural que pensar que eles são experts em intuir. Visei mostrar como essa expertise em intuir funciona a partir do apanhado feito por Chudnoff da literatura relevante. Apliquei à filosofia e mostrei como a conexão entre expertise em intuir e expertise filosófica acontece em um sentido *geral*. Alguém poderia duvidar dessa expertise filosófica devido ao desacordo generalizado que há entre os filósofos e, por isso, a aparente falta de progresso na filosofia. Inspirado na teoria noética do progresso de Dellsén, mostrei que o desacordo generalizado não é motivo para pensar que não há progresso e, portanto, que o ceticismo com relação à expertise filosófica como expertise em intuir não se mantém. Além de utilizar a teoria de Dellsén, também fiz um estudo de caso em como os epistemólogos progrediram na questão sobre a relação entre sorte e nossos estados epistêmicos.

Referências bibliográficas

BACH, Theodore. On the Limitations and Criticism of Experimental Philosophy. In.: BAUER, A. M.; KORNMESSER, S. (Eds.) **The Compact Compendium of Experimental Philosophy**. Boston: De Gruyter, 2023, p. 101-129.

BEALER, George. The Incoherence of Empiricism. **Aristotelian Society Supplementary Volume**, v. 66, n. 1, p. 99-144, 1992.

- _____. Intuition and the Autonomy of Philosophy. In.: DEPAUL, M.; RAMSEY, W. (Eds.). **Rethinking Intuition: The Psychology of Intuition and Its Role in Philosophical Inquiry**. Lanham, Maryland: Rowman and Littlefield, 1998, p. 201-240.
- BENGSON, John. How Philosophers Use Intuition and ‘Intuition’. **Philosophical Studies**, 171(3), p. 555-576, 2014.
- _____. The Intellectual Given. **Mind**, v. 124, n. 495, p. 707-760, 2015.
- _____. The Myth of Quick and Easy Intuitions. In.: BIGGS, S.; GIERSSON, H. (eds.), **The Routledge Handbook of Linguistic Reference**. New York: Routledge, 2020, p. 560-577.
- BENGSON, John; CUNEO, Terence; SHAFER-LANDAU, Russ. **Philosophical Methodology: From Data to Theory**. Oxford: Oxford University Press, 2022.
- BOOTH, Anthony Robert; ROWBOTTOM, Darrell Patrick. **Intuitions**. Oxford: Oxford University Press, 2014.
- BOURGET, David; CHALMERS, David. What do philosophers believe? **Philosophical Studies**, 170, p. 465-500, 2014.
- _____. Philosophers on Philosophy: The 2020 PhilPapers Survey. **Philosophers’ Imprint**, v. 23, n. 11, p. 1-53, 2023.
- BOGARDUS, Tomas; PERRIN, Will. Knowledge is Believing Something Because It’s True. **Episteme**, v. 19, n. 2, p. 178-196, June 2022.
- BOYD, Kenneth. Environmental Luck and The Structure of Understanding. **Episteme**, v. 17, n. 1, p. 73-87, 2020.
- CAPPELEN, Herman. **Philosophy Without Intuitions**. New York: Oxford University Press, 2012.
- CATH, Yuri. Knowing How without Knowing That. In: BENGSON, J.; MOFFETT, M. **Knowing How: Essays on Knowledge, Mind, and Action**. Oxford: Oxford University Press, 2011, p. 113-135.
- _____. Revisionary intellectualism and Gettier. **Philosophical Studies**, v. 172, n. 1, p. 7-27, 2015.
- CHI, Michelene. Theoretical Perspectives, Methodological Approaches, and Trends in the Study of Expertise. In: LI, Y.; KAISER, G. (Eds.) **Expertise in Mathematics Instruction**. New York: Springer, 2011, p. 17-39.
- CHUDNOFF, Elijah. What Intuitions Are Like. **Philosophy and Phenomenological Research**, v. 82, n. 3, p. 625-654, 2011.
- _____. **Intuition**. Oxford: Oxford University Press, 2013.
- _____. The Reality of the Intuitive. **Inquiry**, v. 60, no. 4, p. 371-385, 2017.
- _____. **Forming Impressions: Expertise in Perception and Intuition**. Oxford: Oxford University Press, 2021.
- CLARK, Michael. Knowledge and grounds: A comment on Mr. Gettier’s paper. **Analysis**, v. 24, n. 2, p. 46-48, 1963.

- CLIMENHAGA, Nevin. Intuitions are Used as Evidence in Philosophy. **Mind**, v. 127, n. 505, p. 69-104, 2017.
- DAVIDSON, Janet; STERNBERG, Robert. **The Psychology of Problem Solving**. New York: Cambridge University Press, 2003.
- DELLSÉN, Finnur. Understanding Scientific Progress: The Noetic Account. **Synthese**, v. 199, n. 3, p. 11249-11278, 2021.
- DELLSÉN, Finnur; LAWLER, Insa; NORTON, James. Thinking About Progress: From Science to Philosophy. **Noûs** 56, no. 4, p. 814-840, 2022
- _____. Would Disagreement Undermine Progress? **Journal of Philosophy**, v. 120, n. 3, p. 139-172, 2023.
- DEUTSCH, Max. **The Myth of the Intuitive**. Cambridge: MIT Press, 2015.
- FRANCES, Bryan. Extensive Philosophical Agreement and Progress, **Metaphilosophy**, v. 48, n. 1-2, p. 47-57, 2017.
- EARLENBAUGH, Joshua; MOLYNEUX, Bernard. Intuitions are inclinations to believe. **Philosophical Studies**, v. 145, n. 1, p. 89-109, 2009.
- ENGEL Jr., Mylan. Is Epistemic Luck Compatible With Knowledge? **The Southern Journal of Philosophy**, v. 30, n. 2, p. 59-75, 1992.
- ELGIN, Catherine. **Considered Judgment**, Princeton: Princeton University Press, 1996.
- GARCÍA, Octavio. The Testimony Challenge Against the Possibility of Philosophical Knowledge. **Metaphilosophy**, v. 55, n. 3, p. 316-327, 2024.
- GETTIER, Edmund. Is Justified True Belief Knowledge? **Analysis**, v. 23, n. 6, p. 121-123, 1963.
- GOBET, Fernand; CHASSY, Philippe. Expertise and intuition: A tale of three theories. **Minds and Machines**, v. 19, n. 2, p. 151-80, 2009.
- GOLDMAN, Alvin, Philosophical Intuitions: Their Target, Their Source, and Their Epistemic Status, **Grazer Philosophische Studien**, v. 74, n. 1, p.1-26, 2007.
- GRECO, John. Episteme: Knowledge and Understanding. In: TIMPE, K.; BOYD, C. (Eds.). **Virtues and Their Vices**. Oxford: Oxford University Press, 2014, p. 285-302.
- GRIMM, Stephen. Is Understanding A Species Of Knowledge? **The British Journal for the Philosophy of Science**, v. 57, n. 3, p. 515-535, 2006.
- _____. Understanding as Knowledge of Causes. In: FAIRWEATHER, A. **Bridges Between Virtue Epistemology and Philosophy of Science**. Springer International Publishing: 2014, p. 329-345.
- HARDWIG, John. Epistemic Dependence. **Journal of Philosophy**, v. 82, n. 7, p. 335-349, 1985.
- HILLS, Alison. Understanding Why. **Noûs**, v. 50, n. 4, p. 661-688, 2016.
- HORVATH, Joachim; WIEGMANN, Alex. Intuitive expertise and intuitions about knowledge. **Philosophical Studies**, v. 173, n. 10, p. 2701-2726, 2016.

- HUEMER, Michael. **Skepticism and The Veil of Perception**. Lanham: Rowman & Littlefield Publishers, 2001.
- _____. **Ethical Intuitionism**. Basingstoke; New York: Palgrave Macmillan, 2005.
- JENKINS, Carrie. Intuition, ‘Intuition’, Concepts and the A Priori. In: BOOTH, A. R.; ROWBOTTOM, P. D. (Eds.), **Intuitions**. Oxford: Oxford University Press, 2014, p. 91-115.
- KAHNEMANN, David. A perspective on judgment and choice: mapping bounded rationality, **American Psychologist**, v. 58, n. 9, p. 697-720, 2003.
- KAHNEMANN, Daniel; KLEIN, Gary. Conditions for intuitive expertise: A failure to disagree. **American Psychologist**, v. 64, n. 6, p. 515-526, 2009.
- KAUPPINEN, Antti. Who’s Afraid of Trolleys? In: SUIKKANEN, J.; KAUPPINEN A. (Eds.). **Methodology and Moral Philosophy**. New York: Routledge, 2018, p. 49-72.
- KVANVIG, Jonathan Lee. **The Value of Knowledge and The Pursuit of Understanding**. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.
- KELP, Christoph. Towards a Knowledge-Based Account of Understanding. In: GRIMM, S.; BAUMBERG, C.; AMMON, S. (Eds.). **Explaining understanding: New Perspectives from Epistemology and Philosophy of Science**. New York; London: Routledge, Taylor & Francis Group, 2017, p. 251-271.
- KLEIN, Gary. **Sources of Power: How People Make Decisions**. Cambridge: MIT Press, 2017.
- KNOBLICH, Günther; OHLSSON, Stellan; HAIDER, Hilde; RHENIUS, Detlef. Constraint relaxation and chunk decomposition in insight problem solving. **Journal of Experimental Psychology: Learning, Memory, and Cognition**, v. 25, n. 6, p. 1534-1555, 1999.
- KOKSVIK, Ole. Intuition and Conscious Reasoning. **The Philosophical Quarterly**, v. 63, p. 709-715, 2013.
- _____. **Intuition as Conscious Experience**. New York: Routledge, 2020.
- LEWIS, David. **Philosophical Papers: Volume I**. New York: Oxford University Press, 1983.
- LUDWIG, Kirk. The Epistemology of Thought Experiments: First Person versus Third Person Approaches. **Midwest Studies in Philosophy**, v. 31, p. 128-159, 2007.
- MOFFETT, Marc. Intuitions as Evidence. In: LASONEN-AARNIO, M.; LITTLEJOHN, C. (Eds.), **Routledge Handbook of the Philosophy of Evidence**. New York: Routledge, 2024, p. 275-291.
- NEWELL, Allen; SIMON, Herbert. **Human Problem Solving**. Englewood Cliffs: Prentice-Hall, 1972.
- POSTON, Ted. Know how to be Gettiered? **Philosophy and Phenomenological Research**, v. 79, n. 3, p. 743-747, 2009.
- PRITCHARD, Duncan. Knowledge, Understanding and Epistemic Value. In: O’HEAR, A. (Ed.). **Epistemology** (Royal Institute of Philosophy Lectures). Cambridge: Cambridge University Press, 2009, p. 19-43.

- PRITCHARD, Duncan; MILLAR, Alan; HADDOCK, Adrian. **The Nature and Value of Knowledge**: Three investigations. New York: Oxford University Press, 2010.
- RANALLI, Chris. The Puzzle of Philosophical Testimony. **European Journal of Philosophy**, v. 28, n. 1, p. 1142–1163, 2020.
- RINI, Regina. How not to test for philosophical expertise. **Synthese**, v. 192, n. 2, p. 431-452, 2015.
- ROBERTSON, Ian. **Problem Solving**: Perspectives from Cognition and Neuroscience. 2ed. London: Routledge, Taylor & Francis Group. 2016.
- SCHINDLER, Samuel; SAINT-GERMIER, Pierre. Philosophical Expertise Put to the Test, **Australasian Journal of Philosophy**, v. 101, n. 3, p. 592-608, 2023.
- SOSA, Ernest. Minimal Intuition. In: DEPAUL, M.; RAMSEY, W. (Eds.), **Rethinking Intuition: The Psychology of Intuition and Its Role in Philosophical Inquiry**. Lanham: Rowman and Littlefield, 1998, p. 257-270.
- SOSA, Ernest. Intuitions and Truth. In: GREENOUGH, P.; LYNCH, M. (Eds.). **Truth and Realism**. Oxford: Oxford University Press, 2006, p. 208-226.
- _____. Intuitions: Their Nature and Epistemic Efficacy, **Grazer Philosophische Studien**, v. 74, n. 1., p. 51-67, 2007.
- STANLEY, Jason; WILLAMSON, Timothy. Knowing How. **Journal of Philosophy**, v. 98, n. 8, p. 411-444, 2001.
- SCHWITZGEBEL, Eric; CUSHMAN, Fiery. Expertise in moral reasoning? Order effects on moral judgment in professional philosophers and non-philosophers. **Mind and Language**, v. 27, n. 2, p. 135-153, 2012.
- TOBIA, Kevin; BUCKWALTER, Wesley; STICH, Stephen. Moral intuitions: Are philosophers experts? **Philosophical Psychology**, v. 26, n. 5, p. 629-638, 2013.
- UNGER, Peter. An Analysis of Factual Knowledge. **The Journal of Philosophy**, v. 65, n. 6, p. 157-170, 1968.
- ZAGZEBSKI, Linda. **Virtues of the Mind**: An Inquiry into the Nature of Virtue and the Ethical Foundations of Knowledge. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.
- _____. Recovering Understanding. In: STEUP, M. (Ed.) **Knowledge, Truth and Duty**. Oxford: Oxford University Press, 2001, p. 235-251.
- WEINBERG, Jonathan; GONNERMAN, Chad; BUCKNER, Cameron; ALEXANDER, Joshua. Are Philosophers Expert Intuiters? **Philosophical Psychology**, v. 23, n. 3, p. 331-55, 2010.
- WEINBERG, Jonathan; CROWLEY, Stephen; GONNERMAN, Chad; VANDEWALKER, Ian; SWAIN, Stacey. Intuition and Calibration. **Essays in Philosophy**, v. 13, n. 1, p. 256-283, 2012.